

O IDIOTA DA OBJETIVIDADE: MERCADO, ÉTICA E UNANIMIDADE

Gilson Schwartz

Vícios privados, benefícios públicos? A ética na riqueza das nações, de Eduardo Giannetti da Fonseca. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

1. Nelson Rodrigues e o paradoxo do brasileiro

O fato mais marcante da campanha presidencial brasileira em 1994 é a ausência de candidatos fortes nitidamente conservadores ou mesmo liberais. Lula, Fernando Henrique Cardoso e Orestes Quércia cresceram politicamente como personagens de esquerda ou comprometidos com setores de esquerda — ainda que às vezes vaga ou paradoxalmente. De todo modo, não apareceu este ano candidato cuja biografia devesse ao neoliberalismo seus melhores momentos.

No entanto, nada foi mais marcante na opinião pública nos últimos anos, especialmente após a queda do "socialismo real", que o neoliberalismo, a vitória da economia de mercado, o fim das utopias. Por mais que cada um ou todos esses candidatos em 1994 caminham rumo à direita, fica o registro de que na prática brasileira a pedagogia liberal parece ter pregado no deserto.

Na prática da política econômica o ideário liberal foi também no Brasil o mais sacrificado. Houve de fato (e ainda há) processos de abertura comercial, liberalização financeira e desregulamentação, mas em graus e ritmos bastante inferiores a outras experiências latino-americanas como o Chile, Argentina e México.

Em suma, decididamente, na política e na economia, o "modelo" brasileiro segue figurinos inesperados e esdrúxulos, numa rotina que não cansa de consagrar a tese de que nestas terras as idéias mudam de lugar.

Contra esse pano de fundo, vago e tentativo, seria interessante avaliar a própria história intelectual brasileira dos últimos anos, da década perdida, especialmente da história do pensamento econômico entre nós. Um levantamento preliminar revelaria que curiosamente foram aos poucos surgindo, entre teses sobre a crise da dívida e modelos de inflação, entre debates sobre

política econômica ou sobre os ajustes da estrutura produtiva, trabalhos voltados justamente para o tema da história das idéias econômicas.

E justamente quando o debate dessas idéias se tornava mais crucial e, paradoxalmente, menos eficiente como condutor das "decisões práticas", já que o aparente consenso liberal ficou, como sempre, no plano retórico¹.

Não nos cabe avaliar aqui a história da história das idéias econômicas no Brasil. Vale a pena tão-somente constatar que, no decorrer de uma das mais decisivas crises econômicas da história brasileira, ampliaram-se entre nós (como em outros países) as reflexões paralelas sobre a crise e sobre a crise da teoria.

Os trabalhos de Eduardo Giannetti da Fonseca destacam não apenas o problema do economista-intelectual em tempos de crise como buscam uma retradição do próprio "ethos" liberal num ambiente marcado pelo fracasso teórico e prático do liberalismo. Parece tratar-se muitas vezes de um pensamento que se esforça por deixar o próprio liberal, deslocado numa terra onde suas idéias não têm lugar, mais à vontade².

O desconforto é explicitado pelo próprio Giannetti já no prefácio do livro (*Vícios privados, benefícios públicos? A ética na riqueza das nações*), onde imagina um "paradoxo do brasileiro": o todo é menor que a soma das partes, o brasileiro é sempre o outro, não eu, a distância entre o que cada um gosta de imaginar que é e aquilo que somos concretamente enquanto nação (ou ajuntamento), a sociedade brasileira reduzida a apenas duas classes fundamentais, a dos que não comem e a dos que não dormem.

Mais curioso ainda é o que Giannetti escolhe como exemplo dessa distância entre o que somos e o que gostaríamos de ser: Nelson Rodrigues se autoproclamando reacionário e reclamando da "unanimidade de esquerda". Todos seriam supostamente

(1) Vários trabalhos importantes de história das idéias econômicas foram produzidos desde o início dos anos 80, ainda que sem uma orientação ideológica comum, por professores da Universidade de São Paulo como Pêrsio Arida, Ana Maria Bianchi, Eleutério Prado e Leda Paulani, entre outros.

(2) Cf. Beliefs in action: An examination of the role of economic philosophy in the processes of belief-formation and social change (tese de doutoramento apresentada ao St. John's College de Cambridge em 1987 e publicada pela Cambridge University Press em 1991) e *Vícios privados, benefícios públicos? A ética na riqueza das nações*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

te de esquerda nos anos 60, mas foi uma direita escondida (e majoritária, pois não houve derramamento de sangue) que pisoteou a democracia. Para Giannetti, assim como o esquerdismo, a crítica à má distribuição de renda, a impunidade e a deterioração do ensino básico são outras unanimidades rodriguianas que acobertam a convivência de todos e de cada um com aquilo que é, unanimemente, condenado.

"É como se uma alquimia perversa transformasse a fina porcelana dos nossos discursos, promessas e exortações no barro tosco das nossas ações desastrosas e resultados medíocres. [...] Nosso verdadeiro problema é o auto-engano. [...] Espero que o meu olhar de fora — o esforço de pesquisa do qual resultou este livro — possa de alguma forma contribuir para aprofundar a análise e amadurecer a reflexão sobre o problema ético brasileiro" (*Vícios privados...*, p. 14).

Olhar de fora um problema ético: eis o desafio a que se propõe o autor sem outra finalidade senão deixar-nos, leitores, com a consciência menos infeliz pela infelicidade das nossas próprias crenças. Resta saber se essa promessa não exigirá deixar também a própria ética fora de lugar.

De todo modo, vale desde já situar em outra perspectiva o comentário de Nelson Rodrigues. Parece mais adequado entendê-lo não como uma forma de denunciar a distância entre o que somos e o que desejamos ser, como faz Giannetti, mas como o afinal bastante conhecido horror de Rodrigues a "unanimidade burra".

Nada é mais oposto a qualquer suposta busca de uma delimitação autoconsciente entre o "ser" e o "dever ser", entre o que somos e o que desejamos ser, que a obra do próprio Nelson Rodrigues. O próprio Nelson proclamou-se muitas vezes uma "flor de obsessão". O seu teatro e a sua crônica não escondem qualquer vestígio de "filosofia moral". Usá-lo como exemplo paradigmático do "paradoxo do brasileiro" aparece portanto como uma opção muito peculiar de recolocar o dilema entre os "que não comem" e "os que não dormem". Ao caricaturar a esquerda dos anos 60 Nelson Rodrigues dá talvez uma outra "lição": renunciar a toda e qualquer unanimidade com o mesmo vigor com que ele, Nelson Rodrigues, reduzia seus revisores a indivíduos escravos dessa unanimidade, "idiotas da objetividade".

Desfeito esse erro básico de compreensão (Giannetti diria "misunderstanding") de Nelson Ro-

drigues, resta o desafio de entender essa tentativa peculiar de emoldurar a crise brasileira numa tradição de pensamento moral, esse "olhar de fora"³.

2. A formação de crenças e o sub-racional

A preocupação central de Giannetti é com o mecanismo de formação de crenças ("belief-formation"), em especial com a tese de que as idéias têm a tal ponto o poder de influenciar os indivíduos que, em última análise, a mudança social seria tributária da persuasão e do conflito ideológico. Esse modelo de mudança social estaria presente nas filosofias utilitarista, marxista e neoliberal⁴.

A análise de Giannetti (*Beliefs in action*, op. cit.) segue basicamente dois estágios. Na primeira parte de sua tese de doutoramento ele se dedica a resenhar a história do pensamento econômico em busca das evidências do papel reservado às idéias (filosofias econômica e política) no processo de formação de crenças e mudança social. No segundo momento é a própria preeminência das idéias, reconhecida por vários economistas e filósofos, que merece reparos à luz de uma teoria da linguagem que sublinha a imperfeição dos mecanismos de transmissão da informação. Em linhas gerais, portanto, Giannetti converge com o esforço neoliberal que a um tempo reconhece a insuficiência explicativa do mercado e se alinha à tese de que se deve essa imperfeição não ao mecanismo de mercado em si mas às condições de processamento de informação que formam o contexto de cada mercado. Parte desse novo consenso consiste em definir o "problema substantivo central da teoria macroeconômica geral", a "natureza e limitações da auto-regulação e auto-organiza-

(3) Em artigo recente na *Folha de S. Paulo*, Giannetti retoma justamente o tema dos mal-entendidos para ilustrar a má sorte do pensamento liberal e neoliberal no Brasil. a "enxurrada de asneiras sobre o liberalismo e o neoliberalismo com que as páginas de opinião da imprensa brasileira vêm nos brindando ultimamente" que afinal apenas revela "o mais pavoroso mal-entendido acerca do que venha a ser o objeto de sua crítica". Prossegue: "A julgar pelo que a esquerda brasileira vem escrevendo sobre o tema, a conclusão melancólica é que (como dizia Paul Baran nos anos 50): o drama dos países subdesenvolvidos é que neles até o pensamento de esquerda é subdesenvolvido" (artigo publicado em 17.4.1994, Caderno 2, coluna "Economia Ilustrada", p. 6).

(4) Giannetti (*Beliefs in action...*) não deseja propriamente negar essa preponderância das idéias mas principalmente clarificar e qualificar essa tese.

ção dos sistemas de mercado", como um "problema de coordenação". Em outras palavras, é como se, apesar de dispostos a colocar o mercado sob nova luz, esses economistas não estivessem dispostos a abrir mão de alguma noção mais ou menos explícita de "equilíbrio". Ou seja, o ponto de partida (e de chegada) é a perplexidade diante da capacidade de os mercados, afinal, funcionarem⁵.

Giannetti insiste por exemplo na distinção entre os conceitos de "homem máquina" e "homem econômico": "O paralelo entre os dois conceitos funciona apenas num nível bem superficial de análise. Primeiro porque o comportamento do 'homem econômico', diferentemente do 'homem máquina', é crucialmente dependente de eventos mentais, ou seja, deliberação e uso de conhecimento. A doutrina do 'homem máquina' descarta a eficácia causal de *todos* os processos mentais: a mente humana [...] é vista mais como o apito de uma máquina a vapor, i.e. um efeito fortuito e irrelevante do mecanismo fisiológico"⁶.

Em contraste, no conceito de "homem econômico" os valores conscientes e fins últimos dos agentes não são desdenhados como causas imaginárias mas "simplesmente tomados como dados". Todas as transações no círculo da troca ocorrem sob operações mentais e deliberativas, ou seja, "processamento de informação inteligente e consciente".

O ponto é desqualificar o fisicalismo mecanicista, reconhecendo um ponto cego no conceito de "homem econômico", uma porta aberta para a relevância de crenças e opiniões. Giannetti entretanto sublinha que esse argumento não equivale a dizer que as crenças e opiniões de fato determinam o comportamento ou que as idéias de filósofos políticos e econômicos tenham um papel central no processo subjacente de formação de crenças⁷.

Contra o determinismo das idéias Giannetti apresenta a visão de que apenas "um segmento limitado das

ações da vida prática está aberto à influência dos fins e valores dos agentes", já que o processo econômico em qualquer sociedade complexa exige a operação de mecanismos disciplinares ("conduct-enforcing mechanisms"), fator que limita a autonomia ou liberdade de ação da maioria de seus membros.

Mais ainda, na prática o que conta não são os argumentos racionais, a persuasão. Os processos e hábitos de formação de crenças que determinam o comportamento social dos agentes não são conceitos filosóficos mas sim o resultado de "motivações e disposições sub-rationais"⁸.

Há portanto um divórcio entre as crenças e opiniões advogadas pelos homens e aquelas que afinal se revelam nas suas ações. Aí se estrutura portanto o arcabouço teórico do "paradoxo do brasileiro", o pano de fundo do argumento sobre a ética em Giannetti (*Vícios privados...*).

"Assim como há áreas de *ação* na vida prática onde a lógica da situação econômica, não as crenças e opiniões, determinam a conduta, assim também há áreas de crença que são relativamente fechadas à escolha voluntária dos agentes e que afetam poderosamente seus comportamentos como produtores, consumidores e tomadores de decisões."⁹

A formação de crenças é portanto às vezes crucial, mas o seu princípio regulador não está no plano da teoria ou da filosofia senão que passa por condicionantes sub-rationais que escapam às escolhas dos agentes. Há um divórcio provavelmente inevitável entre o que filósofos enunciaram e como foi, uma vez interpretado, colocado a serviço da vida prática.

Giannetti dá o exemplo da *akrasia* teórica como instância de fracasso da lógica, momento de supremacia das vontades e emoções do agente no processo de formação de crenças, "levando-o a acreditar em coisas em que não acreditaria se aplicasse e fizesse bom uso das regras lógicas às quais, de outro lado, adere"¹⁰. O paradoxo moral

(5) Cf. Leijonhufvud, A. "Schools, 'revolutions' and research programmes in economic theory". In: *Information and coordination*. Oxford University Press, 1981. Além dessa nova abordagem macro do equilíbrio (que incorpora a informação como elemento crítico) expandiu-se nos anos 80 também uma nova abordagem micro em que o equilíbrio do mercado envolve hipóteses sobre os condicionantes institucionais e sociais ao padrão de racionalidade neoclássica. Cf. Williamson, O. *The economic institutions of Capitalism*, 1985.

(6) Beliefs in action, p. 67.

(7) Ibidem, p. 76.

(8) Descritos por David Hume e Adam Smith como "paixões da imaginação". Ibidem, p. 81.

(9) Ibidem, p. 145.

(10) Ibidem, p. 220. Giannetti usa como exemplo de *akrasia* teórica o enredo de *O jogador*, de Dostoiévski, que acaba sempre sendo como que infectado pelo vírus da superstição ao entrar num cassino, um verdadeiro templo da *akrasia* segundo Giannetti. Para uma abordagem em que o "sub-razional", ao contrário, cai sob o domínio da ética e o vício dostoiévskiano é parte de uma escolha neurótica. Cf. Goldenberg, R. *Ensaio sobre a moral de Freud*. Salvador: Ágalma, 1994.

começa assim a se tornar claro. O agente, por razões econômicas ou não, adere a regras que serão eventualmente violadas quando ele se torna vítima de paixões sub-rationais.

Esvai-se desse modo a crença dos próprios filósofos na sua capacidade de oferecer princípios disciplinadores, ainda que se reconheça a importância de crenças, opiniões e preconceitos na vida prática. É portanto ingênuo crer nos moralistas que se propõem a "moldar nosso comportamento social e as instituições da vida prática de acordo com os resultados do pensamento abstrato e da especulação filosófica"¹¹.

Obstinar-se numa cruzada disciplinadora, como fazem com diferentes fins utilitaristas, marxistas e neoliberais, é uma tarefa destinada ao fracasso antes de mais nada como resultado do caráter inevitavelmente problemático do fluxo de idéias entre emissores e receptores, pensadores e mentes práticas. É querer demais da comunicação humana, como teria feito Keynes, esperar "transparência e transmissibilidade de sistemas de pensamento econômico e político complexos e altamente abstratos"¹².

3. Ética, metafísica e equilíbrio

Em *Vícios privados, benefícios públicos* várias das leituras anteriores são retomadas com um propósito correlato mas distinto: "A ética lida com aquilo que pode ser diferente do que é. [...] a desaprovação moral [é] o juízo ético e a atribuição de responsabilidade [dolosa ou culposa] aos causadores do mal"¹³.

Trata-se de identificar esse lugar da ética como juízo adicional sobre o mundo desde que se saiba distingui-lo ao máximo, possivelmente com o auxílio da ciência, do enunciado do mundo como ele é. De certo modo trata-se de ampliar a análise sobre os pressupostos comportamentais considerados como dados na teoria do "homem econômico".

"Uma das conquistas mais importantes da filosofia moderna é a tese de que nenhuma quantidade de

conhecimento sobre o mundo como ele é pode nos permitir, por si só, dar o passo seguinte e fazer afirmações sobre o mundo como ele deve ser. Qualquer ato de escolha, por mais simples que seja, ultrapassa a esfera de competência do pensamento científico."¹⁴

Reaparece, noutra roupagem, o argumento de que não há saber possível, por mais abstrato, capaz de servir como guia suficiente para a ação, ou seja, para a escolha. Assim como é necessário evitar a petulância dos filósofos como determinantes das crenças, também no caso da ciência (em particular da ciência econômica) é preciso recuar cauteloso diante de qualquer pretensão regulatória — ainda que seja necessário e oportuno explicitar os diferentes possíveis juízos de valor que se queira acrescentar à cena em que atua o "homem econômico". Seria ingênuo optar por uma visão do tipo "homem máquina" (imaginar um mundo onde a experiência moral não tem sentido).

Não sendo máquina mas estando sujeito a escolher, resta identificar esse falível espaço lógico onde se insere a escolha, onde a liberdade torna-se possível e o "intervalo" entre o que é e o que deve ser torna-se perfeitamente remediável. "Nessa perspectiva, o valor supremo é a autonomia."¹⁵

A perspectiva nos dois trabalhos de Giannetti é a mesma (avaliar o papel dos processos mentais na mudança social), mas há uma mudança de objeto entre 1987 e 1994: na tese de doutoramento conta o processamento da informação (os desvios de ordem cognitiva que afetam a formação de crenças), agora contam os "fatores éticos" enquanto instância particular de formação de crenças¹⁶.

Assim identificado o campo ou espaço ético, Giannetti passa a inventariar correntes de pensamento onde de algum modo sejam problematizados a conduta dos indivíduos e os critérios de regulação supra-individual. Há a tese (rejeitada) do "neolítico moral" (por maior que seja o desenvolvimento material, haveria um subdesenvolvimento moral), a noção de moralidade cívica (indivíduos disciplinados) e a moralidade como fator de produção (desafio à autoridade e inovação).

(14) *Ibidem*, p. 20.

(15) *Ibidem*, p. 22.

(16) Assim, entre o que é e o que deve ser interessa não as "falhas sistêmicas" (Keynes), os "erros intelectuais" (fisiocratas franceses e neoliberais austríacos) ou os conflitos de interesses (teoria da escolha pública), mas a ética e a conduta individual.

(11) *Beliefs in action*, p. 246.

(12) *Ibidem*, p. 256.

(13) *Vícios privados...*, p. 19.

É importante perceber essa insistência na oposição entre ciência e ética, juízos positivos e normativos. Toda a reconstrução (que percorre superficialmente de autores gregos a economistas modernos) pressupõe essa tensão entre "conhecer o mundo observável" e "não aceitar a realidade como ela é". Toda a tensão é insuficiente, entretanto, para ocultar uma tímida preferência cientificista do próprio Giannetti. De um lado, ele crê ser provável "que grandes avanços no estudo da psicologia moral virão a partir do melhor conhecimento científico do cérebro e do sistema nervoso humanos". Ele reconhece que existem questões "que jamais poderão ser devidamente consideradas ou respondidas pela abordagem científica", mas volta em seguida a reconhecer uma "crônica falta de progresso científico no campo da investigação ética" (*Vícios privados...*, pp. 83, 84).

Giannetti chega a citar Wittgenstein contra o cientificismo (crença em respostas científicas para perguntas que a ciência não tem como formular), mas o resultado recorrente (e eminentemente antiwittgensteiniano) dessa insistência na tensão entre ciência e ética é afinal delimitar como campo do fenômeno ético um domínio carregado de pretensões de objetividade. Por exemplo, o conjunto de autores (de Protágoras a Montesquieu) parece sugerir um "denominador comum", a crença na necessidade de um poder soberano, uma instância de coerção. Varia apenas, de autor a autor, o grau de adesão às normas atribuído aos agentes: "Na prática, o valor do grau de adesão dos indivíduos às normas sociais situa-se em algum ponto entre o zero hobbesiano e a unidade aristotélica"¹⁷.

Aos poucos vai o problema ético tornando-se, portanto, sujeito a um critério objetivo (uma unanimidade pressuposta na história do pensamento), formando um contínuo de possibilidades. O problema ético converte-se numa "variável" ética, num fator (aquilo que, no pensamento clássico sobre o homem econômico, fazia parte do problema apenas como dado).

O fio condutor da leitura que faz Giannetti da história do pensamento é a preservação desse plano racional em torno do qual finalmente se percebe a intercorrência de fatores normalmente tidos como irracionais. Entretanto, assim como no exame da

akrasia, o sub-racional continua sobreposto a uma ação cuja lógica pode ser descrita por um olhar de fora.

O resultado não poderia ser menos excitante em vista do ponto de partida:

"A ordem social é produto da interação dos indivíduos que a constituem. O caráter e a estabilidade da ordem dependem da qualidade da interação. A existência de conflitos no plano dos desejos e interesses individuais é um fato inescapável da condição humana. O problema é como impedir que esse substrato de conflito descambe para uma situação de confronto aberto, violento e terminal.

"Enquanto fator de coesão social, a função da moralidade e das leis é assegurar a coexistência relativamente pacífica desses desejos e interesses conflituosos, ou seja, criar parâmetros e regras de convivência que permitam, não reconciliar por completo, mas compatibilizar e coordenar as aspirações e vontades individuais numa comunidade de pessoas"¹⁸.

Não é a adesão em si que faz dessa ética uma defesa do *status quo*, afinal Giannetti vai considerar também os limites da autoridade política e da moralidade cívica para defender um lugar para a moralidade pessoal. O que decepciona é a percepção de que, sem assumi-lo às claras, Giannetti vai aos poucos definindo um espaço para a ética onde aquilo a ser negado ou afirmado é do começo ao fim um fato, uma coisa, uma objetividade à qual se pode ser mais ou menos aderente, individualmente. Mas que subsiste como espaço lógico ao qual se deve apenas acrescentar a dimensão ética (como no caso do "homem econômico").

Assim, entre a autoridade e a anarquia, entre a lógica pura e o caos total, abre-se um arco de possibilidades cuja regra combinatória entre disciplina e liberdade, um termo médio virtuoso, pode surgir de inúmeras maneiras desde que se preserve a crença em mecanismos equilibradores entre o autoritarismo platônico e a anarquia hayekiana. A tensão entre ética e ciência parece assim algo tão natural quanto fazer o experimento mental de uma tensão igualmente objetivável entre moralidade cívica (coesão) e moralidade pessoal (liberdade): "O excesso de autoridade é uma ameaça tão real quanto a sua ausência" (*Vícios privados...*, p. 100).

Essa metafísica da busca do equilíbrio entre extremos justifica a "ênfase na importância da auto-

(17) *Vícios privados...*, p. 87.

(18) *Ibidem*, p. 91.

nomia individual e a sua defesa contra os avanços coletivistas". Metafísica que, mais uma vez, pode amparar-se numa "premissa básica comum" a filósofos tão distintos quanto Nietzsche, Mill, Tocqueville e Russell: "o valor moral do indivíduo, a atribuição de significado metafísico especial à capacidade de escolha com a qual o ser humano é singularmente dotado" (ibidem, p. 101).

Trata-se de metafísica, explicita-se essa dimensão, mas ao mesmo tempo fica menos explícito o mecanismo pelo qual se tenta legitimar a crença nesse modo peculiar de delimitar o campo ético: essa útil simplificação dos sistemas entre extremos caricatos, entre pólos (*laissez-faire* x *dirigismo absoluto*) a partir dos quais um "olhar de fora" saberá escolher com serenidade e equilíbrio. Pretende-se elaborar um discurso que justifique a crença na singularidade da escolha, mas o processo mesmo de justificação depende de que se pressuponha desde o início e o tempo todo que sabemos, afinal, escolher.

Criada essa ilusão, Giannetti dá um passo adicional, para inscrevê-la na própria história: "A tensão entre moralidade cívica e pessoal — entre as normas sociais da convivência pacífica e os desejos e valores de cada indivíduo — é um traço permanente da existência humana. Encontrar o ponto certo para essa tensão, garantindo simultaneamente o máximo de respeito às exigências da vida comunitária e o máximo de liberdade individual, é um dos maiores desafios do processo de amadurecimento de uma sociedade. A experiência histórica mostra que, na busca desse equilíbrio, não existem respostas simples e definitivas. O caminho é lento, baseado em tentativa e erro. [...] Os excessos e abusos em uma direção muitas vezes suscitam excessos e abusos na direção contrária"¹⁹.

Seria um formulário digno no máximo de um almanaque, não estivesse tão afinado com a coqueluche neoliberal de efetivamente imaginar a História como caminho rumo a esse equilíbrio imaginário.

Aceita essa metafísica, desaparece o problema ético em favor da identificação objetiva de parâmetros culturais, valorativos, imaginários, psicológicos e o que mais esteja a informar cada indivíduo, eventualmente submetido a pressões sub-rationais, mas sujeito ao problema da coordenação enquanto regulação racional e igualmente objetiva. A ética

fica assim reduzida à condição de "filtro" que "modula e modela o apelo dos estados mentais em relação aos quais somos passivos": "As coisas e imagens que espontaneamente, sem nos pedir licença, suscitam em nós o desejo e a ambição, nem sempre são aquelas que também merecem governar o nosso desejo e ambição. As aparências enganam. Entre o *desejado*, de um lado, e o *desejável*, de outro, está uma *opinião* — um juízo de valor que faz daquilo que se deseja algo merecedor do nosso desejo. A ética incide precisamente aí. Ela é o filtro que separa o desejado do desejável"²⁰.

Para que o filtro opere como mediação é portanto necessária a identificação, de um lado, das influências (especialmente as sub-rationais) sobre as quais não temos controle e, de outro, das restrições a que estamos submetidos no âmbito de uma disciplina. A ética se instaura portanto como o campo onde o indivíduo, diante dessas realidades objetivas, tem a oportunidade de escolher.

De um lado, a economia de mercado impõe o problema da coordenação. De outro, um fluxo de informações e formação de crenças também se impõe ao indivíduo (e Giannetti já procurou mostrar quão ilusório seria esperar desse fluxo a função moralizadora que tantos lhe atribuíram). A ética é o espaço onde o indivíduo se recoloca como agente capaz de escolher entre restrições objetivas. Há uma infra-estrutura institucional, há um mundo de paixões e emoções, ambos pólos tão extremados quanto a disciplina pura da moralidade cívica e o impulso libertário da moralidade pessoal. Giannetti reforça sempre esse caráter polar como recurso para apresentar a ética como o trabalho individual de mediação, o esforço "histórico" dos que caminham rumo ao equilíbrio entre o Estado e a anarquia.

Na prática, Giannetti fica com a ética do egoísta sem necessariamente defender o egoísmo ético: "O que se pretende não é negar a força e a importância do auto-interesse. O desafio é entender melhor as diversas formas que ele assume e as consequências disso para o funcionamento do mercado e a riqueza das nações"²¹.

Ou ainda:

"Quanto às regras do jogo não há muito o que discordar. A economia de mercado regida pelo sistema de preços é a melhor solução para o

(20) Ibidem, p. 131.

(21) Ibidem, p. 153.

(19) Ibidem, p. 126.

problema da coordenação econômica e da alocação eficiente de recursos. A grande diferença está no peso atribuído à variável qualidade dos jogadores — e à ética em particular — enquanto fator determinante do desempenho econômico.

"O que está em jogo, portanto, não são as propriedades notáveis e surpreendentes da 'mão invisível' smithiana ou a universalidade e a força do desejo de cada pessoa de melhorar de vida. Até aí tudo bem"²².

Assim como é possível separar a ciência da ética, é possível separar as regras do jogo (processo objetivo identificado por Smith) e as paixões individuais (das quais os indivíduos podem ser, também, vítimas *akráticas*) da qualidade do jogo. A ética converte-se numa medida do grau e qualidade da adesão ao bom funcionamento das regras do jogo. A ética filtra as paixões em graus mais ou menos favoráveis à operação (sempre pressuposta) dos mercados.

Em resumo, a ética gira sempre (em falso) em torno do tema da adesão (fator de sobrevivência e coesão social ou reforço maior ou menor às estruturas do mercado), respeitado um ideal de equilíbrio entre Estado e indivíduos — embora Giannetti ora fale em ética como insumo, ora como psicologia moral, ora como condicionante das regras de mercado, ora como determinante dessas regras.



Curioso que uma questão sem resposta científica (a perspectiva ética, a distância entre o que é e o que deve ser) acabe traduzida numa teoria da "base comportamental" adequada ao bom funcionamento da "mão invisível".

O exame de um paradoxo converte-se na reafirmação de um pressuposto. Assim como Giannetti toma a crítica rodriguiana à unanimidade como confissão de uma adesão reprimida ou envergonhada ao que de fato se é (reacionário), também no exame da perspectiva ética no campo econômico ele toma a ética por explicação de fatores culturais, psicológicos, morais e subracionais subjacentes à adesão à "mão invisível".

Onde Nelson Rodrigues combatia a unanimidade, Giannetti enxerga a adesão ao valor do equilíbrio individual entre o que se é e o que se deseja ser.

(22) *Ibidem*, p. 184.

Nessa troca, entram pela porta de trás justamente uma unanimidade e uma objetividade que, a princípio, pareciam totalmente estranhas a uma perspectiva autenticamente ética.

Há uma inversão, pois tanto em Nelson Rodrigues quanto no exame da diferença entre o ser e o dever ser não se trataria a rigor de explicitar uma crença imune à crítica, mas de colocar em questão toda e qualquer crença. Ocorre que para Giannetti toda e qualquer crença é avaliada contra a luz do mercado ou por contraste com a lógica da "mão invisível" — mesmo porque as crenças, em última análise, têm um papel limitado a desempenhar nos processos da vida prática.

O problema ético de Giannetti não está portanto na capacidade de cada um medir a distância entre o que se diz e o que se é, mas na capacidade de operar com equilíbrio um critério de adesão dado "de fora". Daí ser central uma exterioridade entre a crença e o fato, o normativo e o positivo.

Giannetti, apesar de insistir na importância da perspectiva ética reconhecendo a falta de objetividade que caracteriza esse campo, acaba por ressaltar "fatores éticos" como indicadores de maior ou menor adesão a um princípio regulador supostamente objetivo, o mercado, no qual se situa o olhar do comportamento dos indivíduos.

Ou seja, embora as regras do jogo do mercado não signifiquem "férias morais" para os jogadores, o trabalho moral de cada indivíduo já fica delimitado de antemão pelo mercado como espaço de coordenação a ser melhor compreendido, como critério em função do qual as motivações individuais serão capazes de afetar a natureza do jogo econômico.

No final, toma-se assim possível associar aos comportamentos no mercado também virtudes morais ao invés de apenas os (incômodos) vícios privados.

4. Mercado como unanimidade

Alguns passos adicionais podem ser dados no sentido de qualificar e situar o esforço de Giannetti. Um ponto de partida é a distinção entre desejo de solidariedade e desejo de objetividade, estabelecida por Richard Rorty:

"Há dois modos principais pelos quais seres humanos reflexivos tentam, colocando suas vidas num contexto maior, dar sentido a elas. O primeiro é con-

tando a história de sua contribuição a uma comunidade. Esta comunidade pode ser a comunidade histórica real na qual eles vivem, ou uma outra comunidade real, distante no tempo ou espaço, ou uma comunidade imaginária, consistindo talvez numa dezena de heróis e heroínas selecionados da história ou ficção, ou de ambas. O segundo modo é descrever a si mesmos como encontrando-se em relação imediata com uma realidade não humana. [...] Eu afirmarei que histórias do primeiro tipo exemplificam o desejo de solidariedade e histórias do último tipo exemplificam o desejo de objetividade. Enquanto uma pessoa está buscando solidariedade, ela não pergunta sobre a relação entre as práticas da comunidade escolhida e algo fora daquela comunidade. Enquanto busca objetividade, ela se distancia das pessoas reais à sua volta não por recusar-se como um membro de algum outro grupo imaginário ou real, mas sim por ligar-se a algo que pode ser descrito como sem referência a quaisquer seres humanos particulares²³.

Creio ser possível associar o esforço de Giannetti com o desejo de objetividade tal como descrito por Rorty:

— trata-se da tradição na cultura ocidental que se centra na busca da Verdade, e que vai dos filósofos gregos até o Iluminismo;

— talvez tenha sido a crescente consciência dos gregos da clara diversidade das comunidades humanas que estimulou a emergência desse ideal, uma "necessidade de ver o grupo com os olhos de um estranho"²⁴;

— tenta-se transcender o ceticismo concebendo um objetivo comum para a humanidade, objetivo estabelecido pela natureza humana e não pela cultura grega (para Giannetti, estabelecido pela natureza humana, não pelo "capitalismo");

— o contato com a natureza das coisas não se faz portanto através da opinião, mas de uma maneira mais imediata;

— trata-se de construir uma metafísica que tem lugar para uma relação especial entre crenças e objetos, que diferenciará crenças verdadeiras de falsas, uma explicação de habilidades cognitivas humanas que garanta à espécie a capacidade de estabelecer aquela relação (no caso de Giannetti, o filtro ético sem o qual a economia converter-se-ia em insetologia e o "homem econômico" em "homem máquina");

(23) Rorty, R. "Solidariedade ou objetividade?" *Novos Estudos*, nº 36, julho 1993.

(24) *Ibidem*, p. 110.

— procura-se exacerbar a tensão entre conhecimento e opinião.

A decorrência natural da busca de objetividade é afinal a pressuposição de unanimidades, em oposição ao processo recorrente de formação de consensos intersubjetivos típico em abordagens pragmáticas, pois para os pragmatistas "o desejo de objetividade não é o desejo de escapar das limitações de sua comunidade, mas simplesmente o desejo de alcançar o maior acordo intersubjetivo possível"²⁵.

A ética se apresenta, nessa outra perspectiva, como instauração recorrente de espaços públicos onde se exerce essa intersubjetividade (cujas fronteiras são continuamente redefinidas), em oposição ao experimento mental conduzido pelo "agente" neoclássico que filtra informação em busca do equilíbrio entre suas paixões e o Estado²⁶.

Na abordagem pragmatista os "fatores culturais" evidentemente desempenham um papel central, mas colocados "dentro" da comunidade onde ganham sentido, de tal sorte que entre o indivíduo que busca a liberdade e o Estado, o mercado, o meio ambiente, a empresa ou o que seja é preciso sempre identificar processos de mediação historicamente determinados, ao invés do espaço vazio e panóptico onde se instala a ética da unanimidade.

Na abordagem pragmatista a objetividade é "filtrada" pela intersubjetividade, não pelo indivíduo racional pressuposto pela abordagem comprometida com a objetividade²⁷.

Finalmente, o mesmo Rorty realça uma percepção que parece apropriada diante dos textos de Giannetti: "Minha sugestão de que o desejo de objetividade é em parte uma forma disfarçada do medo da morte de nossa comunidade ecoa a acusação de Nietzsche de que a tradição filosófica que deriva de Platão é uma tentativa de evitar encarar de frente a contingência, de escapar do tempo e do acaso"²⁸.

(25) *Ibidem*, p. 111.

(26) Início uma releitura da obra de Keynes dessa perspectiva pragmática em Schwartz, G., J.M. Keynes e a lógica da política econômica, tese de Doutorado, IE-Unicamp, 1993.

(27) Rorty se alinha entre os defensores da abordagem pragmatista junto com autores como Habermas, Kuhn, Feyerabend e Foucault. O pragmatista desconfia no mais alto grau possível da idéia positivista de que a racionalidade é uma questão de aplicar critérios.

(28) Rorty, Richard, "Solidariedade ou objetividade?", pp. 113, 120.

Como forma de sublimar o medo da morte recorre-se, insistentemente, ao medo do Outro, à autonomia do indivíduo como valor moral supremo, âncora metafísica tão irremovível quanto a crença numa suposta objetividade do mercado. Em lugar dessa pretensão metafísica, o pragmatismo sugere o reconhecimento de um espaço terapêutico permanente. No lugar de um "fundamento ético", o senso de comunidade sem fundamento "exceto esperança compartilhada e confiança criada por esse compartilhar"²⁹.

Numa linha convergente e que pode auxiliar a compreender o "mix" filosófico giannettiano estão os comentários de Sergio Paulo Rouanet, que contrapõe uma ética discursiva à ética da Ilustração, no contexto do projeto de recuperação da moral iluminista advogado por Habermas.

O ponto de partida da ética discursiva é considerar a problemática da "coordenação" como condicionada pela "dupla estrutura da linguagem": comunicação entre dois ou mais atores sobre pessoas, coisas e processos; intersubjetividade em cujo contexto se desdobram as coisas ditas³⁰.

Giannetti aborda o problema da linguagem e da comunicação, mas colocando em relevo justamente a dificuldade de se estabelecer um domínio da intersubjetividade, um espaço público no qual o universal se faz concreto. O problema do mal-entendido é uma maneira individualista de tratar o problema da comunicação e pressupõe exatamente essa condição de exterioridade dos atores com relação ao mundo social que é típico da moral individualista da Ilustração e que, nos termos de Rorty, conduz ao objetivismo³¹.

Mercado e linguagem são estruturas no pensamento de Giannetti, não processos reflexivos e necessariamente discursivos. As regras do jogo são

assim "objetivamente" diferenciadas do próprio jogo, como se se estivesse dissecando cirurgicamente o positivo do normativo, o ser do dever ser, aquilo que somos daquilo que gostaríamos de ser.

Essa abordagem estruturalista da história do pensamento é portanto simétrica à defesa de uma ética como "fator", insumo, informação que apenas por acaso é parte dos "dados" do modelo de "homem econômico".

Ao mesmo tempo, o que se apresenta como rigor extremo rapidamente cede lugar à mais ampla liberdade conceitual: pois o problema ético, a par de converter-se em fator (de coesão ou de produção) é sinônimo de psicologia moral, cultura, valores, observações antropológicas, vetores sub-rationais, tudo em suma que de algum modo possa equivaler a "informação" no sistema³².

O sistema em si, entretanto, é dono de uma imperturbável objetividade, uma unanimidade pressuposta que aparentemente, ao menos no nível do discurso, tratava-se justamente de fundamentar — ou seja, transformar em consenso.

Giannetti parece indicar uma saída: apelar a uma petição de princípio metafísica, a autonomia individual como valor moral fundamental. Justamente por não permitir discussão, a ética aparentemente libertadora da Ilustração converte-se no mais desbragado totalitarismo intelectual. Onde é urgente e recorrente a mobilização de consensos, o falso conforto de uma unanimidade pressuposta. Onde se precisava de terapia, surgem conselhos.

Wilson Schwarz é professor do Instituto de Economia da Unicamp. Já publicou nesta revista "Reforma versus ajustamento" (Nº 24).

(29) Ibidem, p. 121. Rorty alude, nesse contexto, à necessidade de evitar a "surpresa ressentida que agora caracteriza muito da alta cultura" e que surge "da percepção de que a busca do Iluminismo por objetividade frequentemente fracassou".

(30) Rouanet, Sergio Paulo. "Ética discursiva e ética iluminista." In: *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

(31) Aliás merece nota o apreço de Giannetti pela pesquisa etimológica e, era geral, pela noção de linguagem como uma gramática, um conjunto de regras num jogo dado. Essa visão objetiva da linguagem aliás está presente no resgate que Giannetti faz de Adam Smith: "[...] a economia política não criou o mercado, exatamente como a gramaticologia não inventou a gramática. O mercado é uma regra geral de convivência entre os participantes de um espaço econômico, assim como a gramática permite a convivência entre os membros de uma comunidade linguística" (*Vícios privados...*, p. 114).

(32) Assim, a ética pode ser também definida como "a formação de faculdades e atributos morais favoráveis à criação de riqueza" (ibidem, p. 178).